

CAPÍTULO 11

GANHAR TEMPO É POSSÍVEL?

Eliseu Alves*
Daniela de Paula Rocha**

1 INTRODUÇÃO

A política agrícola contém instrumentos de alcance geral, como a política de preços, controle de qualidade, crédito rural – na qual há grupos mais favorecidos –, exportação, geração de tecnologia, e preservação do meio ambiente. Este tipo de política tem a vantagem de minimizar as distorções das ações do governo. Contudo, há instrumentos de caráter específico, cujo objetivo principal é segurar a população no meio rural; por isso, têm como foco a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária e o atendimento das reivindicações de terra dos sem-terra. A razão de ser das políticas específicas é frear a ação do mercado, pela qual os campos seriam esvaziados muito mais rapidamente. Assim se faz tanto no mundo desenvolvido como no em desenvolvimento, com a visão de se ganhar tempo para o ajuste do mercado urbano de trabalho. Como resultado destas políticas, mantém-se muito mais gente no meio rural que este normalmente comporta, na expectativa de que se minimizem os problemas urbanos.

Há, ainda, políticas para toda a sociedade, como as de educação, infraestrutura e saúde, que são fundamentais, mas que, infelizmente, encontram-se em qualidade e quantidade que discriminam o meio rural.

O trabalho relata a enorme concentração da produção em poucos estabelecimentos e dimensiona o número de estabelecimentos para os quais se julga possível uma solução, na agricultura, para o problema da baixa renda, assim como o número daqueles que precisam de outro tipo de ajuda. Há alguma menção ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas em nenhum momento ele está sendo avaliado.

* Assessor do diretor-presidente e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

** Pesquisadora do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre)/Fundação Getúlio Vargas (FGV).

2 DIMENSÃO DO PROBLEMA

No meio rural, quantos estabelecimentos precisam apenas de políticas gerais, e alguma ajuda específica, como negociação de dívida e socorro em adversidades, como a compra do excedente em condições ruins de mercado ou em adversidades climáticas? Pelo Censo Agropecuário de 2006, 423.689 estabelecimentos (8,19% do total) produziram – considerando-se a produção vendida mais o autoconsumo – dez ou mais salários mínimos (SM) mensais. Eles geraram 84,89% do valor da produção total – dos 5.175.489 estabelecimentos. Ou seja, estes 423.689 estabelecimentos enquadram-se no âmbito das políticas gerais. Seus maiores problemas são a dívida com bancos e fornecedores, e a competição desleal do mundo desenvolvido. E os outros 4.751.800, que têm renda bruta muito baixa? Estes necessitam de políticas específicas. Como dividi-los?

1. Segundo o censo, 975.974 estabelecimentos (18,86% do total) produziram entre dois e dez salários mínimos mensais (exclusivo) – salário da época do censo – e geraram 11,08% de valor da produção. São candidatas às políticas específicas, que se assentam na hipótese de que há soluções, na agricultura, para o problema da renda, tais como crédito rural, extensão rural, associativismo e cooperativismo, compra pelo governo do excedente, entre outras tantas.
2. Restam 3.775.826 estabelecimentos, que devem abrigar cerca de 11,3 milhões de pessoas (três por estabelecimento).¹ A solução do problema da renda somente por meio da agricultura não irá funcionar. Esta renda precisa ser complementada por: Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, Bolsa Escola, transporte rural e urbano – para facilitar o estudo dos filhos e o emprego urbano de membros da família –, simplificação das leis trabalhistas – para o emprego em tempo parcial na agricultura – e estímulo ao agronegócio – porque ele tem grande potencial para gerar empregos temporários. É aqui que se precisa ganhar tempo, de modo que as cidades adquiram capacidade para abrigar parte desta população. Note-se, ainda, que metade deste contingente reside no Nordeste.

É importante que se detalhe o grupo (0, 2) salários mínimos mensais para mostrar que a solução agrícola do problema da pobreza tem muito pouca possibilidade de êxito. Dos 3.775.826 estabelecimentos desta classe, 579.024 não informaram nem autoconsumo, nem venda da produção (15,34% de 3.775.826). Na classe (0, 1/2), há 2.014.567 estabelecimentos (53,35%), com produção anual (incluindo-se o autoconsumo) de R\$ 643,64. A residência serve basicamente como moradia, sendo a atividade agrícola insignificante.

1. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura ocupou 16,4 milhões de pessoas em 5,2 milhões de estabelecimentos, ou seja, 3,2 pessoas por estabelecimento.

TABELA 1
Distribuição do grupo de (0, 2) salários mínimos mensais (R\$ 300,00) em classes, número e porcentagem de estabelecimentos, e produção anual média da classe, por estabelecimento
 (Em R\$)

| Classe de SM mensal | Número | (%) | Média da classe (R\$/estabelecimento) |
|---------------------|------------------|---------------|---------------------------------------|
| Sem informação | 579.024 | 15,46 | 0 |
| (0, ½) | 2.014.567 | 51,62 | 643,64 |
| (½, 1) | 611.755 | 17,11 | 2.574,84 |
| (1, 2) | 570.480 | 15,81 | 5.142,65 |
| Total | 3.775.826 | 100,00 | 1.537,57 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – tabulação realizada pelo IBGE.

A classe (1/2, 1) contém 611.755 estabelecimentos, com produção anual por estabelecimento de R\$ 2.574,84, equivalentes a 8,58 SM no ano, ou seja, 0,72 por mês. Considerando-se três pessoas por estabelecimento, isto equivale, a 3 SM por pessoa, no ano. A agricultura, como está, tem pouca relevância. A função principal do estabelecimento é também a de moradia. Na classe (1, 2), há 570 mil estabelecimentos, com produção anual média de R\$ 5.142,65, equivalente a 17,14 SM, ou seja, 1,43 SM por mês, ou o equivalente a 0,48 por pessoa. Esta é uma situação melhor, é verdade; contudo, o estabelecimento ainda serve basicamente como moradia. A tabela 1 ilustra estas situações.

3 VISÃO GERAL

Não se procurará medir a capacidade de os agricultores remunerarem os fatores de produção. Por isso, o foco não estará na renda líquida, nem em medidas de eficiência, mas sim na renda bruta – valor da produção, nele incluído o autoconsumo. A vantagem é escapar do problema relativo às imputações em terra, benfeitorias etc. Ainda mais no que respeita aos estabelecimentos com menos de 2 SM mensais de renda bruta, esta se aproxima da renda do trabalho quando a terra, as benfeitorias e os equipamentos pertencem ao proprietário.² Além disso, se a renda bruta estiver baixa, pode-se imaginar o que acontecerá com a renda líquida!

Os modelos baseados na hipótese de existência de uma oferta ilimitada de mão de obra admitiam que o salário não refletisse o custo de oportunidade de um trabalhador adicional. Na versão mais radical, supunha-se a produtividade marginal do trabalho igual a zero. A industrialização foi a proposta que decorreu desta hipótese. Com ela e a conseqüente urbanização, o excesso de mão de obra seria drenado dos campos até que os salários refletissem o custo de um empregado adicional (FEI e RANIS, 1961; JORGENSON, 1961; LEWIS, 1954).

2. Nesses estabelecimentos, a compra de insumos tem peso pequeno no custo total.

Mas aquele mundo não se coaduna com o Brasil de hoje pelas razões a seguir.

1. O nível de urbanização da população do Brasil é de 85%. Esta urbanização é saliente até nas cidades de pequeno porte. No Sudeste, a urbanização é de 93%; no Centro-Oeste, 90%; no Sul, 84%; no Nordeste, 73%; e no Norte, 72% (ALVES e MARRA, 2009). Portanto, as oportunidades de obtenção de empregos urbanos e os salários aí vigentes têm forte influência nas decisões dos assalariados rurais, bem como na utilização de mão de obra familiar. Ademais, os mercados urbanos de produtos e insumos têm reflexos profundos nas decisões das famílias rurais. Viver isolado, sob as regras particulares de remuneração do trabalho vigentes no âmbito da família, não tem cabimento hoje.
2. Arranjos institucionais no nível da família, por meio dos quais o resíduo que sobra da venda dos produtos, depois de pagos os dispêndios monetários, é repartido de acordo com alguma regra, podem até vigorar, mas têm hoje pequena relevância – são instáveis. Assim, se o valor acordado for menor que o obtível no mercado, então o arranjo não tem estabilidade, ou seja, não evita que membros da família migrem ou procurem emprego noutra lugar. Portanto, os arranjos familiares de repartição de renda estão pressionados pelo custo de oportunidade do trabalho. Também a decisão de manter o estabelecimento em operação ou suspender seu funcionamento para mantê-lo somente como residência, ou, no extremo, vendê-lo, depende da renda que a família obtém em comparação às alternativas de mercado.
3. O SM é referência tanto no meio rural quanto no urbano. Algumas vezes, é tido como piso de referência; outras, como um teto legal que tem que ser obedecido. Se seu valor, adicionado de outros custos, inclusive o risco legal, estiver acima do custo de oportunidade do trabalho, então o SM será forte incentivo à mecanização da agricultura. É o que tem ocorrido. Além disso, o padrão de contratação muda quando se buscam trabalhadores de grau de instrução elevado e especializados. Inegavelmente, o SM tem tido papel muito importante em tornar evidente o custo de um trabalhador adicional, seja o da mão de obra assalariada, seja o da familiar. Destarte, ajudou os agricultores a entenderem que toda ação tem um custo de oportunidade. Os membros da família, na agricultura familiar, também têm o SM como referência nas suas decisões de buscar emprego fora do estabelecimento e migrar.
4. O mercado internacional está entranhado em toda a agricultura brasileira. Seu vulto atingiu, em 2009, o valor de R\$ 121,6 bilhões num produto interno bruto (PIB) do agronegócio de R\$ 758,1 bilhões, ou seja, 16%. O setor externo impõe o padrão de competição em termos de

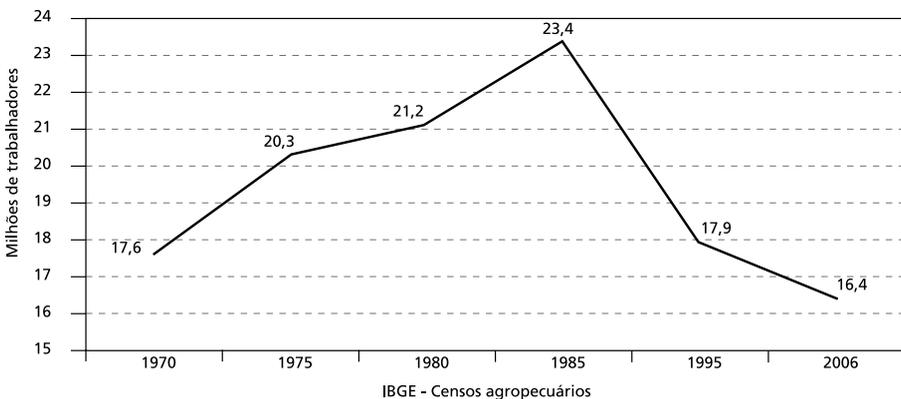
preço e qualidade. Ele emite sinais claros de oportunidades de sucesso e fracasso. Isto obviamente põe em evidência os custos de oportunidade para todos os fatores e produtos, tanto nos setores exportadores quanto nos que somente abastecem o mercado interno, pois o trabalhador vai preferir o setor que mais bem o remunera.

5. Antenas parabólicas já fazem parte da paisagem rural. O rádio tem cobertura ainda muito maior, tanto no que se refere às rádios locais quanto às de longo alcance. Ao trabalho dos jornais, acresce-se a presença do Ministério do Trabalho e Emprego – sempre atuante –, alertando sobre os direitos dos trabalhadores e a ação dos movimentos sociais. Logo, quando se toma uma decisão no meio rural como trabalhador ou empreendedor, sabe-se o seu custo alternativo para o negócio e a família.

Em conclusão, os arranjos institucionais no seio da família, mesmo na agricultura familiar, estão sempre pressionados, sob o ponto de vista do critério de decisão, pelo custo de oportunidade de se ficar no meio rural ou se migrar para a cidade. Quando empregado pela família, cabe ainda ao trabalhador optar pelo tempo parcial, com emprego rural ou urbano.

Ou seja, a família compara sua renda familiar com as oportunidades urbanas para decidir em que local viver. Pode migrar para a cidade e manter o emprego rural. Mas isto tem implicações de longo prazo no sentido de os filhos perderem os vínculos com o meio rural e não o considerarem, por isso, opção de trabalho. A família pode, ainda, migrar e optar definitivamente pelo mercado de trabalho urbano – algo que a grande maioria faz. Não fosse assim, não teria havido queda tão substancial do pessoal ocupado no meio rural, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Pessoal ocupado no setor rural (1970 - 2006)
 (Em milhões de trabalhadores)



Fonte: Alves e Marra (2009).

Assim, migrar é decisão que envolve comparações que a família faz, visando a seu bem-estar. A decisão final pode levar tempo, e a opinião de amigos que já migraram tem sobre ela grande peso. A renda que a família recebe ao administrar o estabelecimento fundamenta sua decisão de ficar no meio rural ou pôr o pé na estrada rumo à cidade. Alternativamente, ela pode manter o estabelecimento como residência, sem produzir nada, ou muito pouco, optando por trabalhar como assalariado ou viver do Bolsa Família. De fato, 579.024 estabelecimentos não registraram produção nenhuma, e 2.014.567 registraram valor de produção menor que meio SM (salário vigente em 2006, ano do censo). Os dois grupos correspondem a 50,11% dos 5.175.489 estabelecimentos apurados pelo censo. Estes dois grupos produziram apenas 0,90% da renda bruta total, incluindo o autoconsumo.

Por que estudar esse problema? Pela simples razão de que a sociedade vem investindo bilhões de reais na agricultura familiar e na reforma agrária. A questão não é ser contra tais investimentos – eles têm presença marcante nos países avançados e lá também é pequeno o seu sucesso em reter gente no meio rural –, mas sim verificar se há condições de se opor às forças que favorecem o êxodo rural e determinar o que deve ser mudado. A atenção será concentrada na produção. Melhorar a produção de cada estabelecimento tem que ser o foco de qualquer programa que busque uma solução agrícola para o problema do êxodo rural.

4 MIGRAÇÃO RURAL-URBANA

A posição dos autores deste capítulo é que o homem rural migra porque avalia que sua vida, ou a da sua família, melhorará. Portanto, o êxodo rural é um sinal de que o meio rural perde a competição para a cidade.

Migrar para o meio urbano é uma decisão extrema. Antes, se procura aumentar a renda do estabelecimento; ou se busca emprego em tempo parcial no meio rural ou urbano, mantendo-se a residência rural. Os filhos migram, os pais permanecem na roça. Depois, estes podem migrar, deixando o estabelecimento abandonado, sem produção, ou vendê-lo. A tabela 2 relata somente o final da história: os detalhes encontram-se em Alves e Marra (2009).

Para se entender a tabela 2, convém notar que a migração equivale, no mínimo, ao excedente de nascimentos no meio rural *vis-à-vis* as mortes que tenha optado pelas cidades, menos o número de cidadãos que retornaram aos campos. O número de migrantes do período pode, assim, ser maior que a diferença entre a população rural do período base e a do final. A velocidade de migração corresponde ao número de migrantes do período dividido pela população do ano-base. Os números indicam queda da velocidade de migração no último período.

Analisando-se a tabela 2, os fatos que se seguem merecem realce.

1. O êxodo rural perdeu ímpeto, mas ainda é expressivo no Sudeste, pois nesta região existe um mercado de trabalho urbano poderoso, que oferece muitas oportunidades. Lá, chama atenção o pequeno tamanho da população rural, apesar da pujança de sua agricultura. É o caso típico da atração das cidades que dominou a atração da roça. Expressa, claramente, a visão do custo de oportunidade, *urbe versus campo*.
2. O Nordeste rural perdeu 1,7 milhão de pessoas. Nesta região, ainda vivem 47,08% da população rural brasileira.
3. A migração rural acelera-se na região Norte. Os mercados urbanos se desenvolvem, com reflexos fortes na agricultura. Menos gente nos campos pode significar menor pressão sobre a floresta se a pesquisa desenvolver tecnologias que poupem a terra.
4. No período 2000-2007, 3,986 milhões de pessoas migraram no Brasil, mas a redução da população rural foi pequena em todas as regiões e no Brasil como um todo. No Centro-Oeste, houve retorno de população, embora pequeno.
5. O fato de a população que restou no meio rural ser pequena, à exceção da situada no Nordeste, explica, em parte, a queda no êxodo rural. Contudo, o mercado de trabalho urbano tem muito poder na decisão da família rural, como mostram os casos do Sudeste e Nordeste. Em contrapartida, a prosperidade da agricultura também tem grande poder de reter população no campo, como indica o caso do Centro-Oeste. E quanto ao efeito dos programas de reforma agrária e agricultura familiar? No Nordeste, Sudeste e Norte, eles ficaram em desvantagem em relação às forças de atração das cidades. Outra evidência é a queda acentuada da ocupação rural, como mostrado no gráfico 1. Deve-se, contudo, reconhecer que parte importante dos estabelecimentos está fora do alcance destes programas e, portanto, não há como se esperar que usufruam de seus benefícios.

Na seção seguinte, ficará evidenciado, para o Brasil e regiões, que a renda bruta de enorme contingente de estabelecimentos é muito pequena e que, se estes estiverem fora do alcance dos mencionados programas, não há como se esperar efeito destes. Caso os diretamente beneficiados pelos programas tivessem sido analisados, outras poderiam ter sido as conclusões. Mas se procurou o efeito global, ainda não visível. Convém, contudo, salientar que renda bruta anual inferior a 2 SM mensais sinaliza grande potencial de migração.

TABELA 2

População rural do Brasil e regiões (1991, 2000 e 2007) e número de migrantes (1991-2000 e 2000-2007)

| Regiões e Brasil | População rural 1991 (1 mil habitantes) | Número de migrantes 1991-2000 (1 mil habitantes) | (%) Base 1991 | População rural 2000 (1 mil habitantes) | Número de migrantes 2000-2007 (1 mil habitantes) | (%) Base 2000 | População rural 2007 (1 mil habitantes) |
|------------------|--|---|---------------|--|---|---------------|--|
| Norte | 4.107,0 | 771 | 18,8 | 3.914,1 | 673,0 | 17,2 | 3.630,0 |
| Nordeste | 16.721,3 | 4.223 | 25,3 | 14.759,7 | 1.659,0 | 11,2 | 14.770,0 |
| Centro-Oeste | 1.764,5 | 461 | 26,1 | 1.540,6 | -25,0 | -2,0 | 1.789,0 |
| Sudeste | 7.514,4 | 1.696 | 22,6 | 6.851,6 | 1.108,2 | 16,2 | 6.440,0 |
| Sul | 5.726,3 | 1.699 | 29,7 | 4.780,9 | 574,0 | 12,0 | 4.739,0 |
| Brasil | 35.834,5 | 8.850 | 24,7 | 31.847,0 | 3.986,0 | 12,5 | 31368,0 |

Fonte: Alves e Marra (2009).

5 VALOR DA PRODUÇÃO ANUAL

Dada a fortíssima inter-relação entre os mercados urbano e rural, a grande maioria dos empreendedores rurais – pequenos, médios ou grandes – tem plena consciência do custo de oportunidade de suas decisões. Por esta razão, a definição corrente de agricultura familiar serve apenas para separar quem vai se beneficiar, ou não, de políticas do governo. Não representa paradigma de tomada de decisão pela família que seja diferente daquele da chamada agricultura comercial. Destarte, para efeito de análise, é melhor considerar o meio rural composto de pequenos, médios e grandes produtores, com uma população de assalariados em forte declínio. Há os estabelecimentos sob administração da família, com mão de obra assalariada ou não – a grande maioria dos estabelecimentos brasileiros pertence a esta categoria. Há também aqueles em que predomina o trabalho assalariado, os quais são administrados pelo proprietário ou por profissionais. Não obstante estas diferenças, todos eles procuram obter o máximo dos recursos que comandam, porque é assim que o mercado opera. Pode haver alguns que se baseiem em modelos sofisticados de tomada de decisão, certamente muito poucos. Tentativa e erro, imitação dos bem-sucedidos, falências, assistência técnica e uma miríade de procedimentos movem os agricultores na busca do melhor ao seu alcance. Este melhor pode significar empregar parte da mão de obra familiar fora do estabelecimento, na roça ou na cidade, migrar, vender o estabelecimento ou modernizá-lo. É natural haver demora, porque é preciso avaliar cuidadosamente cada decisão, sobretudo o risco, aconselhar-se com amigos e sondar o meio urbano. Entretanto, persistindo a renda baixa, isto fatalmente implicará êxodo rural, porque, hoje, a família e seus membros têm consciência das alternativas a que podem recorrer. Se o objetivo da política é reter a população no meio rural, não há como escapar de se fazer com que cada estabelecimento produza renda competitiva com aquela que a família poderia obter na cidade.

Observa-se, na tabela 1 (anexo), que, dos 5.175.489 estabelecimentos, 2.454.006, estão no Nordeste; portanto, 47,42% do total. A produção anual média do estabelecimento nordestino correspondeu a R\$ 11.578,44. Nas demais regiões, os valores são: Norte, R\$ 12.923,88; Centro-Oeste, R\$ 62.495,55; Sudeste, R\$ 52.009,71; e Sul, R\$ 41.210,64. O valor para o Brasil é de R\$ 27.789,50. Assim, apesar de o Nordeste concentrar 47,42% dos estabelecimentos, estes produziram menos da metade da média brasileira. Comparada com as produções do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a situação fica ainda mais desfavorável àquela região. Note-se que o Nordeste abriga 47,08% de toda a população rural brasileira. Neste contexto, a renda média pequena de seus estabelecimentos aponta para o enorme potencial migratório daquela região. Este potencial resultará em migração em massa, como tem ocorrido. Caso a renda média não suba, a situação pode até se agravar.

Para facilitar a discussão sobre o grupo mais pobre, apresenta-se um resumo (tabela 3A) da tabela 1 do anexo em termos do número de estabelecimentos, valor da produção menor que 2 SM mensais (R\$ 3,6 mil por ano), porcentagem em relação ao número de estabelecimentos da região e à renda bruta da região, e valor médio da produção anual em salários mínimos mensais (vmpsm).

TABELA 3A

Grupo de valor da produção mensal de 0 a menos que 2 SM mensais

| Regiões | Frequência | Frequência na região (%) | Frequência no Brasil (%) | Produção na região (%) | vmpsm |
|--------------|------------|--------------------------|--------------------------|------------------------|-------|
| Brasil | 3.775.826 | - | 72,96 | 4,04 | 0,43 |
| Norte | 360.190 | 75,71 | 9,54 | 11,07 | 0,53 |
| Nordeste | 2.149.279 | 87,58 | 56,92 | 9,64 | 0,35 |
| Centro-Oeste | 216.215 | 68,10 | 5,73 | 1,79 | 0,46 |
| Sudeste | 572.859 | 62,13 | 15,17 | 1,99 | 0,46 |
| Sul | 477.283 | 47,44 | 12,64 | 2,60 | 0,63 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Dos estabelecimentos do Censo Agropecuário 2006, 3.775.826 (72,96%) relataram produção anual por estabelecimento, inclusive autoconsumo, no valor de 0,43 SM mensal, contribuindo com apenas 4,04% da produção nacional. Destes, 2.149.279 estão no Nordeste. Em todas as cinco regiões, o vmpsm é bem inferior a 1 SM mensal. Sendo assim, os estabelecimentos não têm condições de sustentar sequer um trabalhador, e dificilmente terão acesso às políticas do PRONAF. Não é simples encontrar-se uma solução agrícola para o problema que enfrentam estas famílias. Quantos vivem em suas casas? Caso sejam três por estabelecimento, totalizam-se 11,3 milhões de pessoas. O que fazer? Conceder Bolsa Família e aposentadoria rural, facilitar o emprego no meio rural e no urbano, irrigar, cultivar frutas, fomentar a indústria caseira, facilitar a migração etc.

Por que não estudar detalhadamente o grupo? Alves *et al.* (2006) estudaram cinco amostras de pequenos agricultores que se enquadravam no PRONAF, quatro delas nordestinas e uma sulina. Os autores encontraram 53,4% de estabelecimentos no Sul e acima de 70% no Nordeste com renda líquida negativa, mostrando que há agricultores – poucos, é verdade –, entre os pobres, em situação bem melhor. Não foi a tecnologia que explicou a diferença, mas sim a aplicação ao trabalho. Esta linha de análise precisa ser aplicada em todo o Brasil.

O estabelecimento cujo valor da produção anual é igual ou maior que 2 SM e menor que 10 SM mensais (R\$ 7,2 mil, R\$ 36 mil) no ano tem solução, na agricultura, para o problema da renda. Pelo procedimento anterior, construiu-se a tabela 3B.

TABELA 3B

Grupo de valor da produção mensal de 2 a menos que 10 SM mensais

| Regiões | Frequência | Frequência na região (%) | Frequência no Brasil (%) | Produção na região (%) | vmpsm |
|--------------|------------|--------------------------|--------------------------|------------------------|-------|
| Brasil | 975.974 | 18,86 | 18,86 | 11,08 | 4,53 |
| Norte | 92.799 | 19,50 | 1,79 | 21,79 | 4,01 |
| Nordeste | 228.076 | 9,29 | 4,41 | 12,19 | 4,22 |
| Centro-Oeste | 71.287 | 22,45 | 1,38 | 5,56 | 4,30 |
| Sudeste | 226.625 | 24,58 | 4,38 | 7,83 | 4,60 |
| Sul | 357.187 | 35,50 | 6,90 | 15,12 | 4,88 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

O grupo dessa classe, que corresponde a 18,86% do total de estabelecimentos, contribuiu com 11,08% do valor da produção nacional. Acrescendo-se este valor à contribuição do grupo anterior, totaliza-se 15,11% da produção total, envolvendo 91,81% dos estabelecimentos. Logo, 8,19% deles (423.689 estabelecimentos) são responsáveis por 84,89% da produção. Ou seja, a produção está concentrada num pequeno número de estabelecimentos, que são a base do agrogócio brasileiro. Além disso, os que produziram mais de 200 SM mensais – em número de 22.188, representando apenas 0,43% dos estabelecimentos – foram responsáveis por 51,34% da produção.

A saída da pobreza para o grupo (2, 10) é fazer cada hectare produzir mais, ou seja, usar tecnologias que poupam a terra. Plantio e tratos culturais manuais não resolvem o problema. Portanto, a mecanização, mesmo que de pequeno porte, tem que vir ao lado da tecnologia bioquímica. Isto exige assistência técnica de boa qualidade, aliada ao crédito rural. O planejamento tem que cobrir o lar e o estabelecimento, com etapas rigorosamente acordadas com a família e previamente avaliadas pela pesquisa. Capital e conhecimento andam de mãos dadas. Caso contrário, virá o fracasso.

Trata-se de quase um milhão de famílias, bem distribuídas nas regiões, estando 66,63% delas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Estas regiões têm melhores condições de atendê-las e oferecem melhores opções urbanas de emprego. Mas este é um imenso desafio!

A pesquisa tem que dividir o grupo em subgrupos, estabelecer metas de renda e organizar o conhecimento para cada etapa de renda, tendo antes avaliado o risco. Obviamente, a extensão rural participará do exercício. Depois, caberá à extensão rural negociar o plano com a família, ou grupo de famílias, e assinar um contrato com as responsabilidades especificadas, de preferência com as sanções também especificadas. Usando sabiamente os recursos da comunidade de modo a envolvê-la no programa, 10 mil extensionistas poderiam dar conta do recado. Parte deste contingente já está nas empresas de assistência técnica e extensão rural (Ematers), o qual, com algum treinamento, tem condições de atender à demanda. As cooperativas, associações de produtores e organizações não governamentais (ONGs) especializadas receberiam recursos públicos para contratar e gerir o programa que lhes couber. Reconhece-se que há ações em curso nesta direção, mas estas necessitam ser ampliadas e aprofundadas.

O grupo de estabelecimentos que produziu (autoconsumo incluído) mais de R\$ 36 mil (inclusive) no ano (10 SM mensais) correspondeu a 423.689 estabelecimentos (8,19% do total), que geraram 84,89% do valor da produção. Estão distribuídos como ilustra a tabela 3C.

TABELA 3C

Grupo de valor da produção mensal de mais de 10 SM mensais (inclusive)

| Regiões | Frequência | Frequência na região (%) | Frequência no Brasil (%) | Produção na região (%) | vmpsm |
|--------------|------------|--------------------------|--------------------------|------------------------|--------|
| Brasil | 423.689 | 8,19 | 8,19 | 84,89 | 80,04 |
| Norte | 22.786 | 4,79 | 0,44 | 67,13 | 50,32 |
| Nordeste | 76.651 | 3,12 | 1,48 | 78,17 | 80,49 |
| Centro-Oeste | 29.976 | 9,44 | 0,58 | 92,65 | 170,35 |
| Sudeste | 122.565 | 13,29 | 2,37 | 90,18 | 98,01 |
| Sul | 171.711 | 17,07 | 3,32 | 82,28 | 55,19 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Os estabelecimentos dessa classe alcançaram, por unidade, um valor mensal de produção de R\$ 24.012,55, sendo responsáveis por 84,89% desta. Necessitam de crédito rural a taxas de juros competitivas com o mercado internacional, desobstrução dos canais de comercialização nos planos interno e no externo, proteção contra risco climático e variações atípicas de preços, estímulo à pesquisa – sem o qual fica difícil competir com os países desenvolvidos – e infraestrutura adequada de transporte e portos. Estes agricultores aprenderam a produzir,

comercializar e a buscar tecnologia, contando com grande ajuda da extensão particular e do governo. O grande desafio do governo brasileiro é incluir os milhões de produtores que não alcançaram este nível de renda no processo de ascensão social.

6 CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: LEITE E GRÃOS

Os produtos considerados são leite, milho, arroz, tipos de feijão e café. A produção do leite, embora concentrada em poucos estabelecimentos, conta com maior participação dos pequenos produtores. A grande maioria – 80,41% dos estabelecimentos (1.084.944 dos 1.349.326) – produziu menos de 50 litros por dia, sendo a média/dia por estabelecimento de 13,61 litros. Este grupo é responsável por 26,7% da produção. O restante – 19,59% do total de estabelecimentos – produziu 73,3%.

No que respeita aos demais produtos, a concentração da produção em poucos estabelecimentos é marcante, destacando-se os casos do arroz, milho, café e feijões. É importante calcular-se a produtividade por hectare para cada uma das três classes das tabelas 4A a 4G. Certamente, a média é muito influenciada por quem basicamente produz para o consumo da família, não estando integrado aos mercados. As tabelas não carecem de explicações: *mostram que muitos estabelecimentos produzem pouco e que pouco deles produzem muito.*

TABELA 4A
Concentração da produção de leite

| Classes (litros) | Número | Produção (litros) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento / dia |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|---------------|----------------------------------|
| Até 18.000 | 1.084.944 | 5.389.150.866 | 80,41 | 26,7 | 13,61 |
| (18.000, 72.000) | 250.852 | 10.723.971.232 | 18,59 | 53,2 | 117,12 |
| > 72.000 | 13.530 | 4.044.559.430 | 1,00 | 20,1 | 818,99 |
| Total | 1.349.326 | 20.157.681.528 | 100,00 | 100,00 | 40,93 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4B
Concentração da produção de milho

| Classes (toneladas) | Número | Produção (toneladas) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|---------------------|------------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| (0, 20) | 1.847.052 | 4.210.099,15 | 90,99 | 9,96 | 2,28 |
| (20, 200) | 150.984 | 9.189.124,85 | 7,44 | 21,73 | 60,86 |
| > 200 | 31.858 | 28.882.575,67 | 1,57 | 68,31 | 906,60 |
| Total | 2.029.894 | 42.281.799,67 | 100,00 | 100,00 | 20,83 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4C
Concentração da produção de arroz

| Classes (toneladas) | Número | Produção (toneladas) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|---------------------|----------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| (5, 10) | 353.387 | 436.088,24 | 89,11 | 4,62 | 1,23 |
| (10, 200) | 36.139 | 2.100.384,75 | 9,11 | 22,23 | 58,12 |
| > 200 | 7.034 | 6.910.783,72 | 1,77 | 73,15 | 982,48 |
| Total | 396.560 | 9.447.256,71 | 100,00 | 100,00 | 23,82 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4D
Concentração da produção de café arábica em grão

| Classes (kg) | Número | Produção (kg) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|-----------------|----------------|-------------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Até 5.000 | 123.360 | 183.067.977,32 | 69,13 | 9,69 | 1.484,01 |
| (5.000, 15.000) | 33.399 | 297.120.109,09 | 18,72 | 15,72 | 8.896,08 |
| > 15.000 | 21.700 | 1.409.530.438,99 | 12,16 | 74,59 | 64.955,32 |
| Total | 178.459 | 1.889.718.525,40 | 100,00 | 100,00 | 10.589,09 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4E
Concentração da produção de feijão preto

| Classes (toneladas) | Número | Produção (toneladas) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|---------------------|----------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Até 5 | 249.502 | 146.968,28 | 92,75 | 21,22 | 0,59 |
| (5, 30) | 16.188 | 183.299,02 | 6,02 | 26,47 | 11,32 |
| > 30 | 3.307 | 362.269,58 | 1,23 | 52,31 | 109,55 |
| Total | 268.997 | 692.536,88 | 100,00 | 100,00 | 2,57 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4F
Concentração da produção de feijão-cor

| Classes (toneladas) | Número | Produção (toneladas) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|---------------------|----------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Até 5 | 438.247 | 175.600,35 | 94,79 | 13,57 | 0,40 |
| (5, 30) | 17.679 | 226.647,55 | 3,82 | 17,51 | 12,82 |
| > 30 | 6.403 | 892.058,63 | 1,38 | 68,92 | 139,32 |
| Total | 462.329 | 1.294.306,52 | 100,00 | 100,00 | 2,80 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

TABELA 4G
Concentração da produção de feijão fradinho

| Classes (toneladas) | Número | Produção (toneladas) | Número (%) | Produção (%) | Produção / estabelecimento |
|---------------------|----------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Até 5 | 748.769 | 255.341,07 | 95,76 | 22,75 | 0,34 |
| (5, 30) | 26.335 | 339.324,89 | 3,37 | 30,24 | 12,88 |
| > 30 | 6.845 | 527.473,51 | 0,88 | 47,01 | 77,06 |
| Total | 781.949 | 1.122.139,47 | 100,00 | 100,00 | 1,44 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

7 CONCLUSÕES

A produção está concentrada em 8,19% dos estabelecimentos (423.689), que atingiram um valor equivalente a 84,89% da produção dos 5.175.489 estabelecimentos. Neste grupo, existem 22.188 estabelecimentos (0,43% do total) que geraram 51,34% da produção total. Os 423.689 estabelecimentos podem ser atendidos por políticas de alcance geral e ainda dispõem de forte liderança em associações, cooperativas e no Congresso Nacional, que pugna por seus interesses, coincidentes com os do agronegócio.

O grupo seguinte – quase 1 milhão de estabelecimentos – tem condições de melhorar sua renda na agricultura, mas carece de ajuda no que diz respeito à extensão rural, crédito de custeio e investimentos, compra da produção quando os preços despencam etc. Este grupo conta com a proteção do PRONAF, de movimentos sociais e com forte liderança no Congresso Nacional.

Restam 3.775.826 estabelecimentos, cujo valor da produção é de R\$ 128,13 por mês. Na agricultura, simplesmente não há solução para o problema de pobreza destes. Forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a eles vinculadas nos campos. A maioria do grupo é nordestina e órfã de proteção política no âmbito da agricultura, seja em termos de política agrícola, seja de política de desenvolvimento rural, cabendo melhor no escopo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste grupo, concentra-se a grande maioria daqueles que migrarão para as cidades.

Quando se analisam os produtos, observa-se que expressiva maior parte dos produtores responde por uma pequena parcela da produção, e poucos pela maior parcela. No caso do leite, a concentração, apesar de alta, é menor que a presente nas lavouras.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; OLIVEIRA, C. A. V. Desempenho de estabelecimentos do PRONAF. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 15, n. 4, p. 5-23, 2006.

FEL, J. C. H.; RANIS, G. A theory of economic development. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 4, p. 533-565, 1961.

JORGENSON, D. W. The development of a dual economy. **Economic Journal**, v. 7, n. 282, p. 309-334, 1961.

LEWIS, W. A. **Economic development with unlimited supplies of labour**. The Manchester School, Manchester, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

ANEXO

TABELA 1

Distribuição do valor da produção declarada (em R\$) dos estabelecimentos (vendas e autoconsumo), em classes de SM mensal da época do censo (R\$ 300,00), frequência de estabelecimentos por classe de SM, por região e no Brasil¹

| Classes | Frequência | Frequência (%) | | Renda bruta anual | | Média da classe |
|---------------------|----------------------------|----------------|--------|-------------------|--------|-----------------------|
| | | Região | Brasil | Brasil (R\$) | Região | |
| SM mensal | Número de estabelecimentos | | | | | R\$ / estabelecimento |
| Brasil | | | | | | |
| < 2 | 3.775.826 | | 72,96 | 5.805.602.289 | | 1.537,57 |
| (2, 10) | 975.974 | | 18,86 | 15.932.402.304 | | 16.324,62 |
| >= 10 | 423.689 | | 8,19 | 122.086.239.200 | | 288.150,60 |
| Total | 5.175.489 | | 100,00 | 143.824.243.793 | | 27.789,50 |
| >= 200 | 22.188 | | 0,43% | 73.835.900.344 | | 3.327.740,24 |
| Norte | | | | | | |
| < 2 | 360.190 | 75,71 | 6,96 | 680.881.793 | 11,07 | 1.890,34 |
| (2, 10) | 92.799 | 19,50 | 1,79 | 1.340.031.260 | 21,79 | 14.440,15 |
| >= 10 | 22.786 | 4,79 | 0,44 | 4.127.946.638 | 67,13 | 181.161,53 |
| Total | 475.775 | 100,00 | 9,19 | 6.148.859.692 | 100,00 | 12.923,88 |
| >= 200 | 585 | 0,12 | 0,01 | 1.569.337.127 | 25,52 | 2.682.627,57 |
| Nordeste | | | | | | |
| < 2 | 2.149.279 | 87,58 | 41,53 | 2.740.233.655 | 9,64 | 1.274,95 |
| (2, 10) | 228.076 | 9,29 | 4,41 | 3.463.050.693 | 12,19 | 15.183,76 |
| >= 10 | 76.651 | 3,12 | 1,48 | 22.210.277.156 | 78,17 | 289.758,48 |
| Total | 2.454.006 | 100,00 | 47,42 | 28.413.561.504 | 100,00 | 11.578,44 |
| >= 200 | 3.521 | 0,14 | 0,07 | 14.102.643.313 | 49,63 | 4.005.294,89 |
| Centro-Oeste | | | | | | |
| < 2 | 216.215 | 68,10 | 4,18 | 355.078.833 | 1,79 | 1.642,25 |
| (2, 10) | 71.287 | 22,45 | 1,38 | 1.102.335.375 | 5,56 | 15.463,34 |
| >= 10 | 29.976 | 9,44 | 0,58 | 18.383.548.623 | 92,65 | 613.275,57 |
| Total | 317.478 | 100,00 | 6,13 | 19.840.962.831 | 100,00 | 62.495,55 |
| >= 200 | 4.388 | 1,38 | 0,08 | 14.501.311.841 | 73,09 | 3.304.765,69 |
| Sudeste | | | | | | |
| < 2 | 572.859 | 62,13 | 11,07 | 953.188.543 | 1,99 | 1.663,91 |
| (2, 10) | 226.625 | 24,58 | 4,38 | 3.756.460.453 | 7,83 | 16.575,67 |
| >= 10 | 122.565 | 13,29 | 2,37 | 43.245.848.981 | 90,18 | 352.840,12 |
| Total | 922.049 | 100,00 | 17,82 | 47.955.497.977 | 100,00 | 52.009,71 |
| >= 200 | 7.830 | 0,85 | 0,15 | 28.946.609.988 | 60,36 | 3.696.885,06 |
| Sul | | | | | | |
| < 2 | 477.283 | 47,44 | 9,22 | 1.076.219.464 | 2,60 | 2.254,89 |
| (2, 10) | 357.187 | 35,50 | 6,90 | 6.270.524.523 | 15,12 | 17.555,30 |
| >= 10 | 171.711 | 17,07 | 3,32 | 34.118.617.802 | 82,28 | 198.697,92 |
| Total | 1.006.181 | 100,00 | 19,44 | 41.465.361.789 | 100,00 | 41.210,64 |
| >= 200 | 5.864 | 0,58 | 0,11 | 14.715.998.075 | 35,49 | 2.509.549,47 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Nota: ¹ O valor da classe é multiplicado por 12 para se comparar com a renda bruta, que é anual.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Antônio Márcio Buainain

Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Organizações da Pesquisa e da Inovação (Geopi) e do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), mantidos na UNICAMP. Correio eletrônico: buainain@eco.unicamp.br.

Arilson Favareto

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador-colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Núcleo de Economia Socioambiental da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Nesa/FEA/USP). Correio eletrônico: arilson.favareto@ufabc.edu.br

Cláudio Salvadori Dedecca

Professor titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Correio eletrônico: claudio.dedecca@eco.unicamp.br.

Constanza Valdes

Técnica do Serviço de Pesquisa Econômica (Economic Research Service – ERS) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA). Correio eletrônico: cvaldes@ers.usda.gov.

Daniela de Paula Rocha

Pesquisadora do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Correio eletrônico: daniela.rocha@fgv.br.

Eliana Teles Bastos

Assistente técnico na assessoria de gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Correio eletrônico: eliana.bastos@agricultura.gov.br.

Eliseu Alves

Pesquisador sênior da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). Foi diretor e diretor-presidente da Embrapa de 1973 a 1985 e presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (CODEVASF) de 1985 a 1990. Correio eletrônico: eliseu.alves@embrapa.br.

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

Professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea/ESALQ) da USP. Correio eletrônico: gscbarro@esalq.usp.br.

Guilherme Leite da Silva Dias

Professor da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP e consultor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Foi secretário de política agrícola do Mapa entre 1995 e 1997. Correio eletrônico: guildias@usp.br.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e professor da Universidade de Brasília (UnB). Correio eletrônico: jose.vieira@ipea.gov.br.

José Garcia Gasques

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e coordenador de planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Correio eletrônico: jose.gasques@agricultura.gov.br.

José Graziano da Silva

Professor titular licenciado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). É o atual representante regional da Food and Agriculture Organization (FAO) para a América Latina e o Caribe. Correio eletrônico: jose.grazianodasilva@fao.org.

José Maria Ferreira Jardim da Silveira

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), coordenador do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental do IE/UNICAMP e conselheiro do Conselho de Informação em Biotecnologia (CIB). Correio eletrônico: jmsilv@eco.unicamp.br.

Marlon Gomes Ney

Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Correio eletrônico: marlonney@uenf.br.

Miriam Rumenos Piedade Bacchi

Professora livre-docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/ESALQ/USP). Correio eletrônico: mrpbacch@esalq.usp.br.

Rodolfo Hoffmann

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e professor titular aposentado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Correio eletrônico: rhoffman@esalq.usp.br.

Zander Navarro

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) atualmente cedido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Pesquisador no Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento (Institute of Development Studies – IDS), na Inglaterra. Correio eletrônico: z.navarro@uol.com.br.